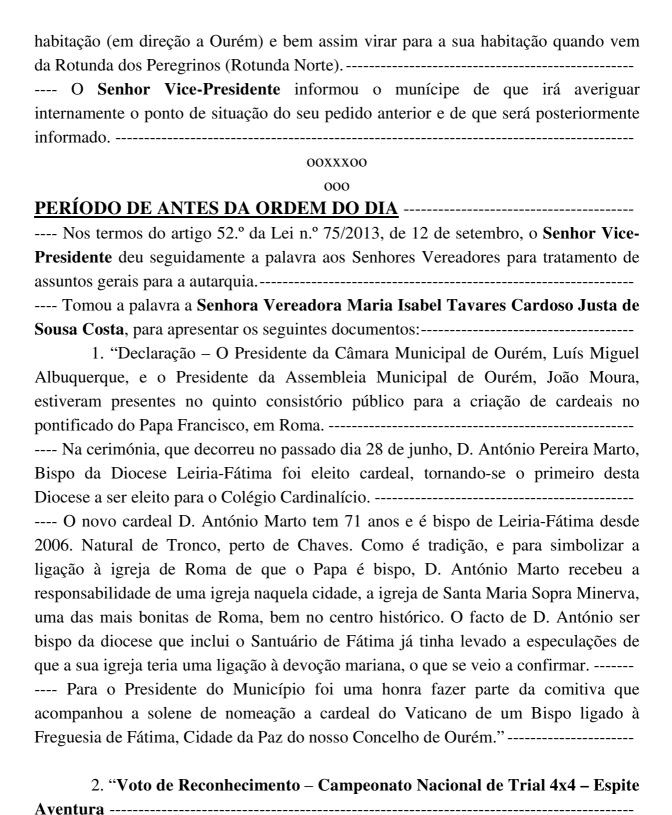


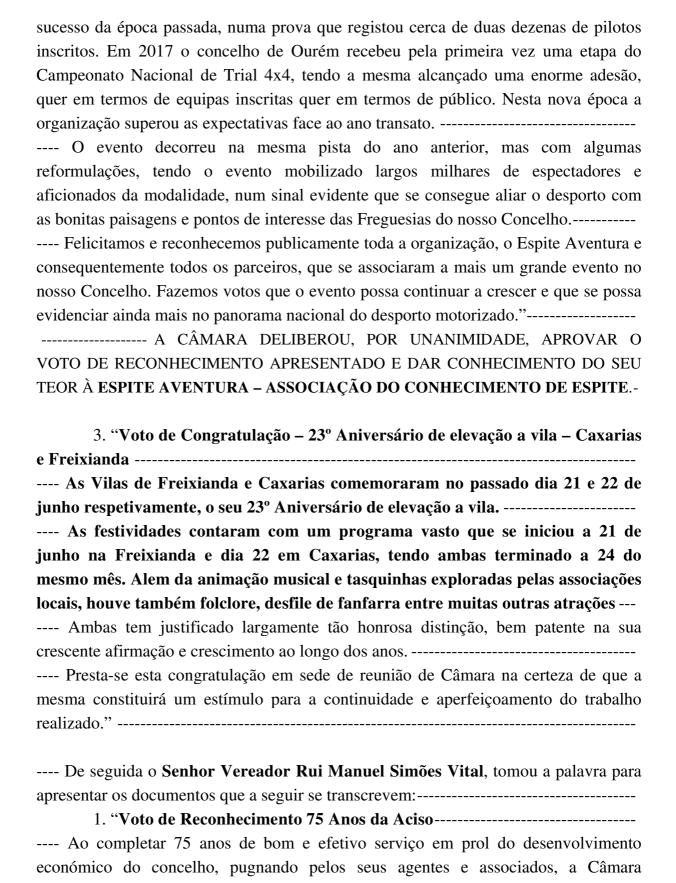
ATA N.º 15 (REUNIÃO PÚBLICA)

| Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de Ourém no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Vice-Presidente, Senhor NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES VITAL E ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Ancia e Evados Comunitários Projetas e Evados e Evados Chefe da Divisão de Ancia e Evados Comunitários Projetas e Evados e Evados Comunitários Projetas e Evados e Evados e Caracterista de Ancia e Evados Comunitários Projetas e Evados e Evados e Caracterista de Ancia e Evados Comunitários Projetas e Evados e Evados e Caracterista de Ancia e Evados e Caracterista e Caracterista e Caracterista e Evados e Caracterista |
|---|
| Divisão de Apoio a Fundos Comunitários, Projetos e Expediente |
| ooxxxoo |
| ABERTURA DA REUNIÃO |
| O SENHOR VICE-PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E |
| FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM |
| DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º |
| 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO |
| 00XXX00 |
| 000 |
| FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA |
| A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONSIDERAR |
| JUSTIFICADA A FALTA DO SENHOR PRESIDENTE LUÍS MIGUEL MARQUES |
| GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE, POR ESTE SE ENCONTRAR DE |
| FÉRIAS |
| ooxxxoo |
| 000 |
| <u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</u> |
| De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a |
| Câmara começou por ouvir o munícipe presente: |
| Adelino Santos da Conceição, residente na Avenida Beato Nuno, n.º 324, em |
| Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar, mais uma vez, que a |
| sinalização rodoviária colocada junto à sua residência seja revista, porquanto os sinais |
| de trânsito ali colocados não lhe permitem virar à esquerda quando sai da sua |

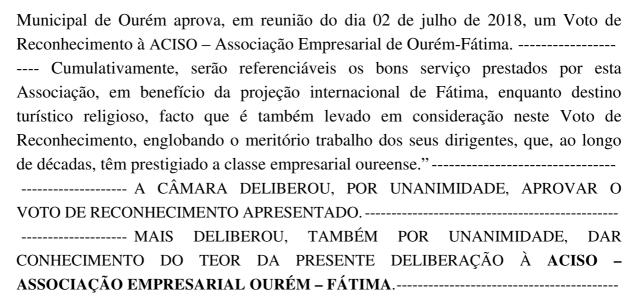


---- No passado dia 1 de julho o Campeonato de Portugal de Trial 4x4 entrou na segunda metade da competição, com a prova a rumar pelo segundo ano consecutivo ao concelho de Ourém. A organização é do Espite Aventura que ambicionou repetir o

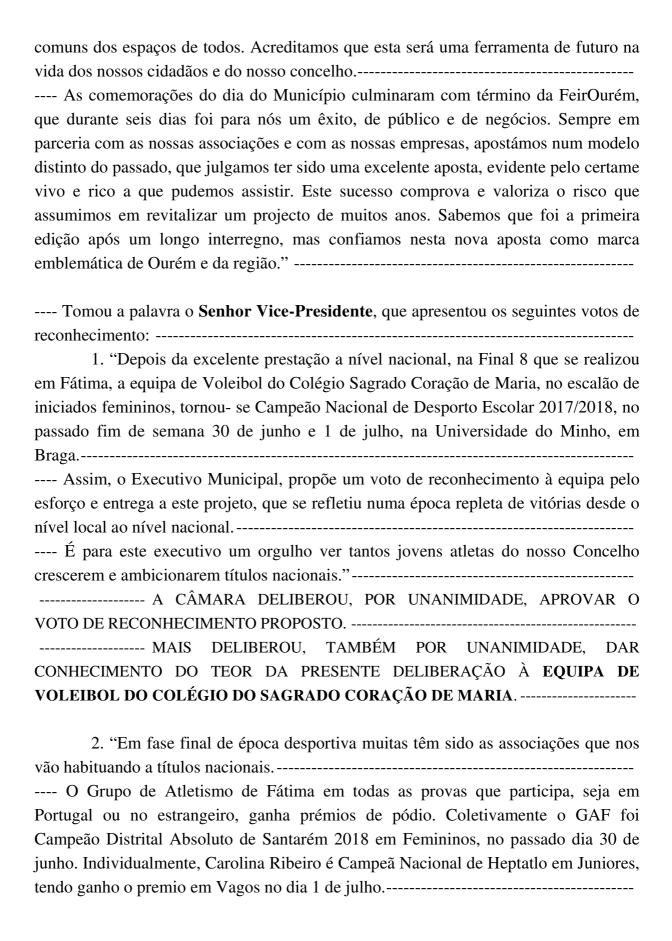


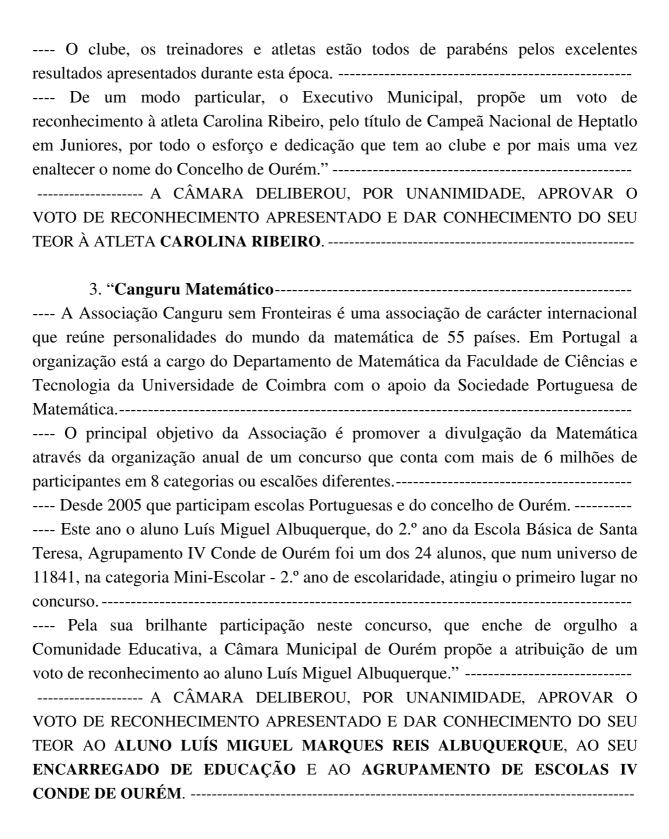




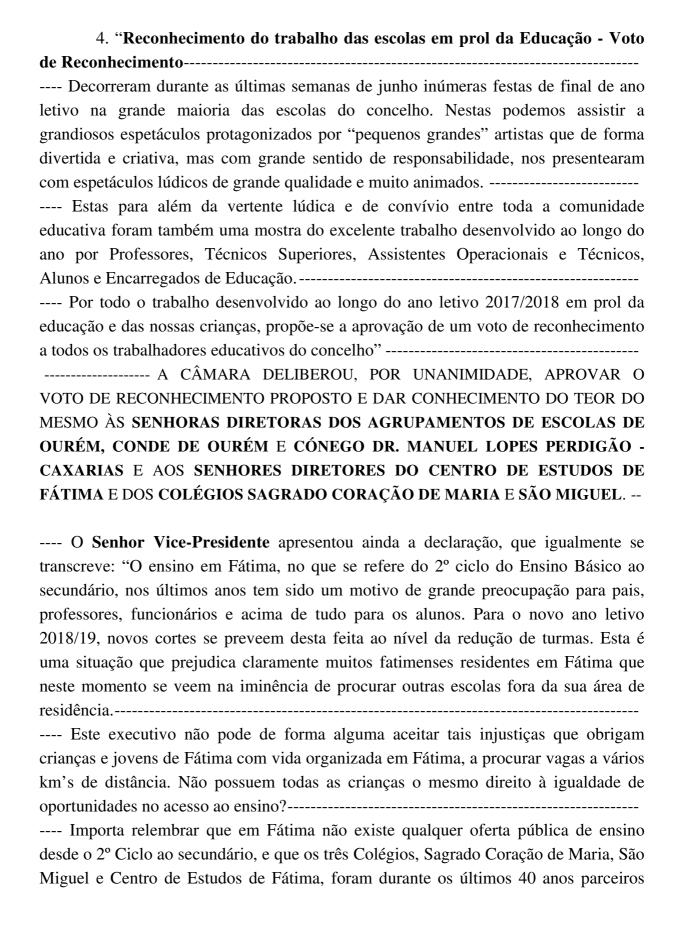


2. "Declaração – No passado dia 20 de junho celebrámos o dia do município, onde tivemos oportunidade de celebrar Ourém e os Oureenses. É nesta ocasião que prestamos tributo às mulheres e homens que, diariamente, de forma abnegada, empenhada e num espírito coletivo contribuem para o desenvolvimento educativo, social, cultural, económico e recreativo do nosso concelho. Festejamos a nossa identidade, os nossos valores e o nosso progressivo desenvolvimento que se requer sustentado e equilibrado.--------- Enquadrado nestas celebrações, também é o justo momento de reconhecer o mérito destacado de personalidades e instituições que pelos seus préstimos, foram agentes impulsionadores de Ourém em distintas artes e saberes. Foi isso que este Município reconheceu de forma sincera, por todo o cunho pessoal crivado nesta nossa história coletiva. --------- Neste dia importante quisemos dar a conhecer o caminho já trilhado no capítulo da competitividade e empreendedorismo, pilar que apresentamos eleitoralmente como fundamental para o nosso desenvolvimento. A inauguração do Espaço Empresa, numa parceria com o Iapmei e a assinatura do protocolo da Start Up Ourém com a Nersant, dão créditos a uma estratégia municipal de captação e afirmação para novas empresas. Outra marca que quisemos deixar no dia do Município revela-se no campo da cidadania e participação autárquica, com o lançamento do ParticipaOurém.pt, plataforma digital gratuita que permite a participação de ocorrências ou anomalias em espaços públicos que necessitem da intervenção da Câmara Municipal. Este projeto resulta numa postura ativa de política de proximidade entre o município e os munícipes, mas também de abertura e transparência na resolução dos problemas





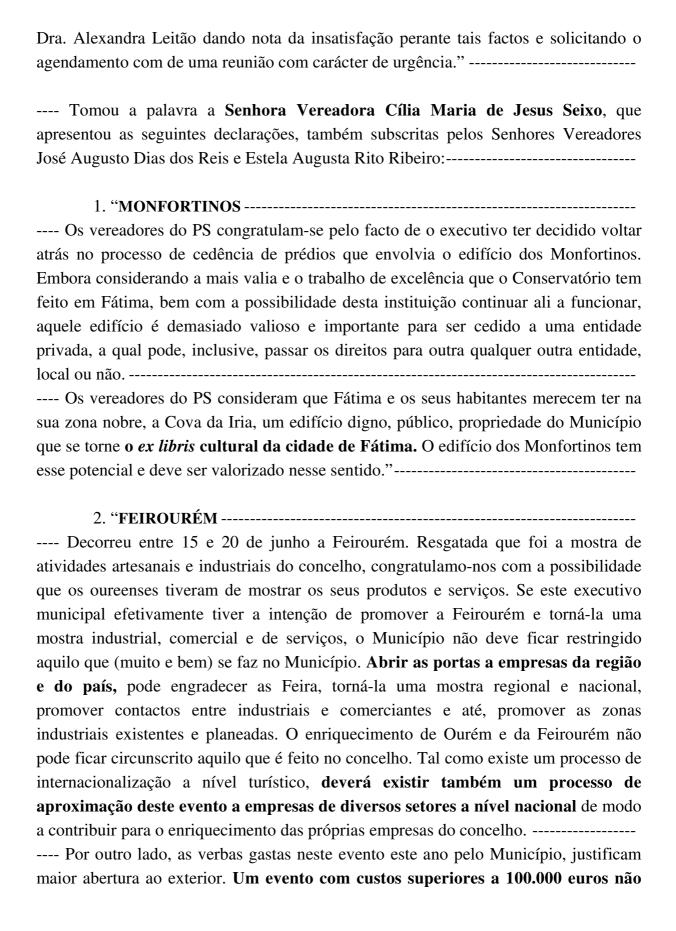






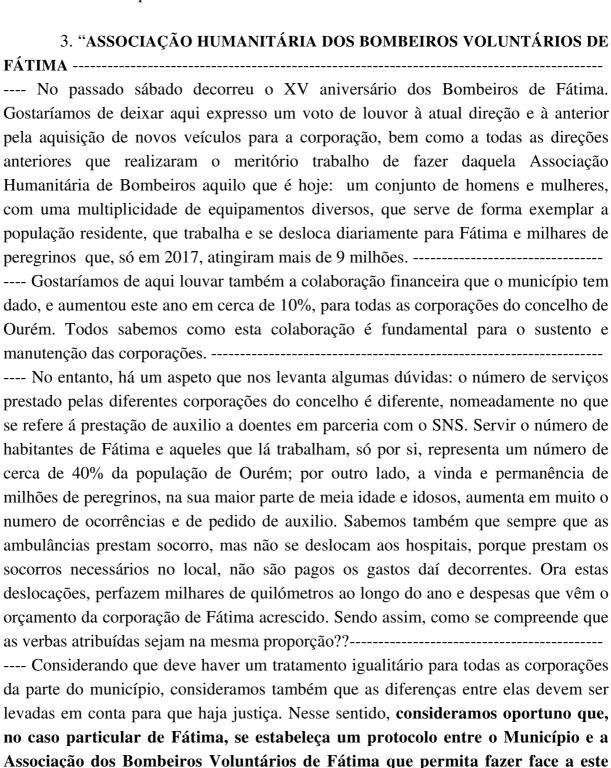
inegáveis do estado integrando a rede pública de oferta estatal como escolas com contratos de associação, apresentando sempre uma qualidade de ensino acima da média, reconhecimento que se encontra bem patente nos indicadores do ministério da educação quer a nível académico, cultural ou desportivo. --------- Na preparação para o ano letivo que se avizinha o Ministério da Educação publicou novo despacho de matrículas aplicável a todas as escolas da rede pública, incluindo escolas com contrato de associação, que se refere, e citamos: "... em concretização do desígnio constitucional da promoção da igualdade oportunidades, são introduzidas alterações que, mantendo o paradigma da proximidade geográfica entre a residência (ou o local de trabalho do encarregado de educação) e a escola, procuram mitigar o efeito da repercussão dentro da escola dos contextos económicos e sociais em que as mesmas estão inseridas. Assim cria-se uma prioridade nova para os alunos beneficiários da ação social escolar cujos encarregados de educação residam ou trabalham na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido.", ou seja, claramente este despacho claramente prevê que a área de influência das escolas contemple todos os alunos cujos encarregados de Educação residam ou trabalhem, neste caso, na Freguesia de Fátima. ---------- Perante este facto, era expectável que esta situação tivesse em conta a singularidade de Fátima, nomeadamente a sua dinâmica económica e a sua localização geográfica, pois a população trabalhadora duplica o número de residentes da freguesia, e que fossem acautelados e revertidos os cortes de 50% verificados no ano letivo que agora termina. --------- Ao contrário do esperado, eis que se mantêm os cortes nos 5°, 7° e 10° anos, sendo de maior preocupação a redução de 5 turmas na transição dos alunos do 6º ano (11 turmas) para o 7º ano (6 turmas) impedindo um número significativo de alunos, que residem ou cujos Encarregados de Educação trabalham em Fátima, de poder frequentar estes colégios. Perante os dados apurados junto dos 3 colégios estão identificados pelo menos 23 alunos (9 residentes) sem vaga para o 5º ano e 46 alunos (21 residentes) sem vaga para o 7º ano, sendo que se prevê que o número de alunos prejudicados ultrapasse a centena.--------- Esta é uma situação que nos preocupa e que consideramos inaceitável, e em que iremos fazer todos os esforços para que seja reversível, sendo que o que nos move é o superior interesse das crianças e suas famílias.--------- Informamos também, que o Sr. Presidente de Câmara enviou, no passado dia 28 de junho, um e-mail para a Ex.ma Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação







pode ficar restringido a uma população de cerca de 40.000 habitantes, sob pena de não se tornar um bom investimento. E é isso que os vereadores do PS consideram que aconteceu este ano: **um investimento desproporcionado** entre a parte lúdica e o retorno económico para o concelho."------

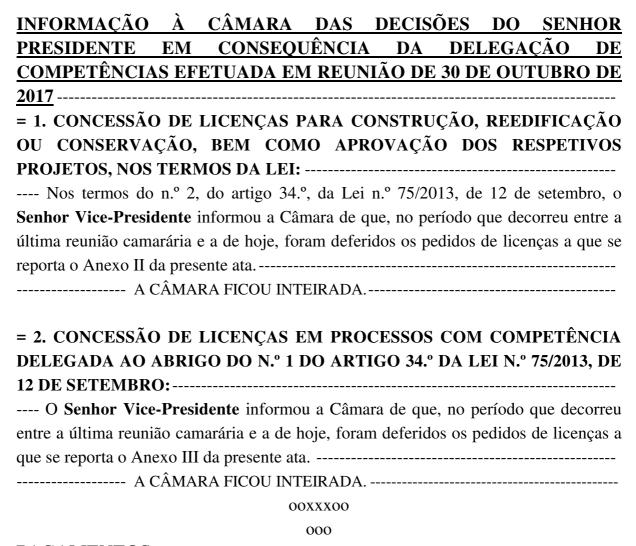




tipo de ocorrências e de despesas que decorrem da situação particular desta corporação face às restantes do concelho." -----

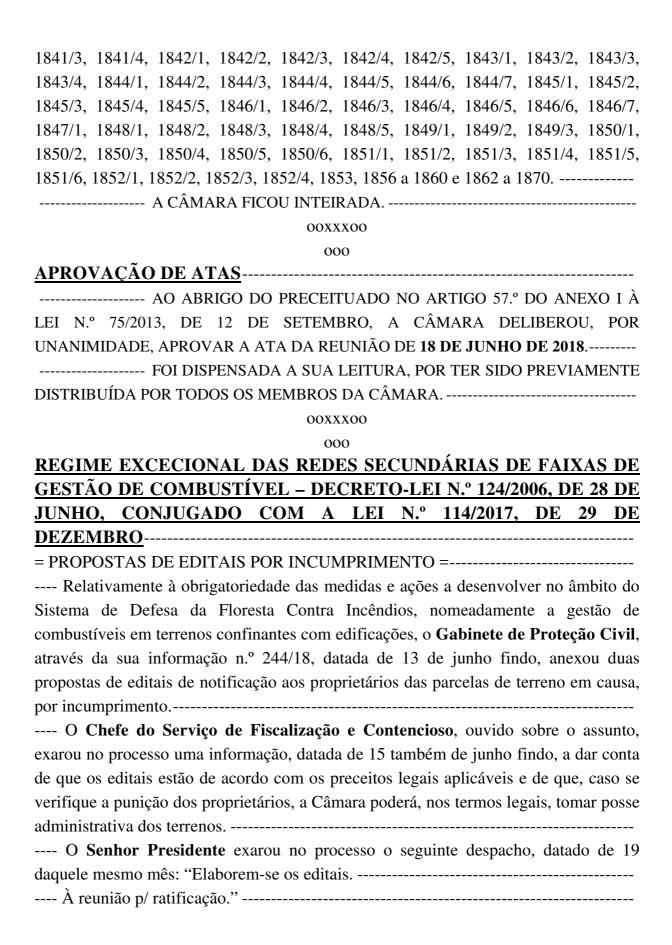
4. "CASA DO POVO DE FÁTIMA---------- Decorreu no passado dia 30 o encerramento das atividades letivas da Casa do Povo de Fátima. O excelente espetáculo de encerramento contou com a participação de dezenas de alunos de variadas atividades que englobam todas as idades. E esta é exatamente a mais valia que torna única esta Associação: embora a ideia de "atividades letivas" nos remeta para crianças e jovens, o serviço prestado à comunidade pela Casa do Povo de Fátima abrange todas as idades, tornando-se impar em Fátima. Independentemente da idade, dos recursos ou da formação, todos os fatimenses, já residentes ou recém-chegados podem dirigir-se a esta associação e integrarem uma das suas atividades. A oferta cultural desta associação é tão rica e diversificada que permite a todos os fatimenses integrarem algum tipo de atividade, participar, desenvolver e manter laços próprios de uma comunidade, com uma história que se fez e continua a fazer-se a cada dia que passa. --------- Os vereadores do PS gostariam, por isso, de endereçar à Direção da Casa do Povo de Fátima os nossos mais sinceros parabéns pelo contributo que dá para o bem-estar físico, psicológico e relacional das diversas populações, pelo sentido de pertença a uma comunidade sistematicamente sujeita a mudança, flutuação de pessoas, e que funciona como uma referência para todos os que chegam a Fátima e aqui querem residir. --------- Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente para referir que o objetivo da realização da Feirourém foi lançar aos expositores além-fronteiras, o interesse em participar em futuras edições daquele evento. --------- Relativamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, esta Autarquia tem vindo a apoiar financeiramente, não só esta associação, mas também as restantes associações humanitárias de bombeiros do Concelho, realçando que no que se refere àquela associação encontra-se em curso a aquisição de terrenos para a construção do seu quartel."--------- Por fim tomou de novo a palavra o **Senhor Vice-Presidente** para dar conta de que irá realizar-se, entre os dias 12 e 27 de julho em curso, em Abrantes, o Passeio Sénior





<u>PAGAMENTOS</u> ------

---- O **Senhor Vice-Presidente** informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 18 e 29 de junho findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.728.543,77€: 1232 a 1250, 1324, 1376, 1476, 1634 a 1636, 1648 a 1667, 1673, 1674, 1676 a 1682, 1684 a 1691, 1693 a 1734, 1736 a 1808, 1811 a 1814, 1816 a 1818, 1820, 1822 a 1829, 1830/1, 1831/1, 1831/2, 1831/3, 1831/4, 1831/5, 1832/1, 1832/2, 1833/1, 1833/2, 1833/3, 1833/4, 1833/5, 1833/6, 1833/7, 1833/8, 1833/9, 1834/1, 1834/2, 1834/3, 1834/4, 1834/5, 1834/6, 1834/7, 1834/8, 1835/1, 1835/2, 1835/3, 1835/4, 1835/5, 1835/6, 1835/7, 1835/8, 1835/9, 1836/1, 1836/2, 1836/3, 1836/4, 1836/5, 1836/6, 1836/7, 1837/1, 1837/2, 1837/3, 1837/4, 1837/5, 1838/1, 1838/2, 1838/3, 1838/4, 1838/5, 1838/6, 1838/7, 1838/8, 1838/9, 1839/1, 1839/2, 1839/3, 1839/4, 1839/5, 1839/6, 1839/7, 1839/8, 1839/9, 1840/1, 1840/2, 1840/3, 1840/4, 1840/5, 1840/6, 1840/7, 1840/8, 1841/1, 1841/2,



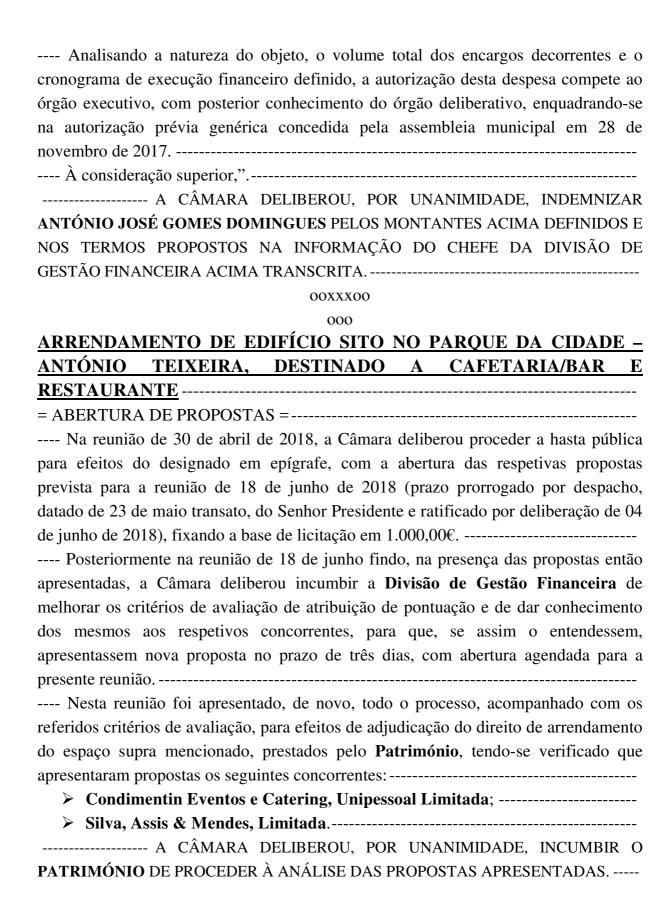


----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O DESPACHO DO **SENHOR PRESIDENTE** SUPRA TRANSCRITO. ------

000 000

PROCESSO JUDICIAL N.º 510/15.5T8ORM.E2, DO TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM -----

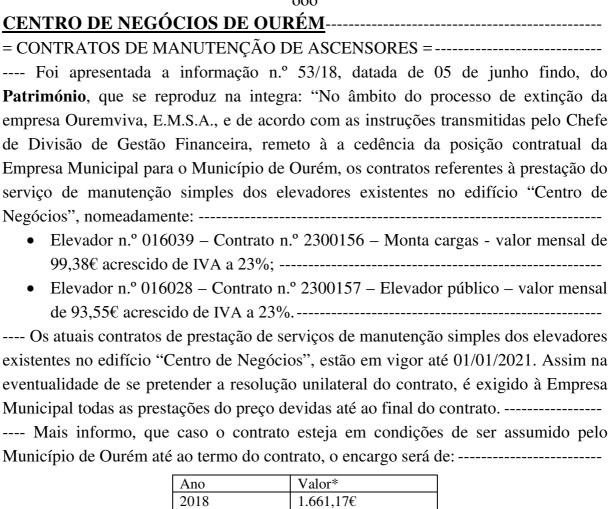
---- No âmbito do processo indicado em epígrafe, intentado por António José Gomes Domingues, contra este Município e a então Ambiourém - Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M., quanto ao cargo de Vogal do Conselho de Administração daquela entidade, que iniciou a 01 de agosto de 2008 por um período de três anos, tendo este sido exonerado a 31 de dezembro de 2009, foi apresentada a carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de maio transato, pelo mandatário deste Município, Cândido de Oliveira, Advogado com escritório no Edifício Collipo, na Avenida Marquês de Pombal, n.º 460, 1.º andar, Esc. 3, em Leiria, a remeter Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, a determinar que cabe ao Autor o direito a uma indemnização, no valor de 20.910,32€, acrescido de juros de mora, vencidos e vincendos.--------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, prestou a informação n.º 64/18, datada de 22 do mês findo, que se passa a transcrever: "Na sequência do reporte do mandatário do Município de Ourém no processo judicial em assunto, propõe-se a assunção de uma indeminização no valor de 20.910,22 euros, aos quais acrescem juros no valor de 2.990,53 euros, a atribuir a António José Gomes Domingues no âmbito do processo judicial 510/15.5/8ORM. --------- Relativamente ao cronograma financeiro, estabelece-se um pagamento de 50% do valor em julho de 2018, ou seja, 11,950,38 euros (após aprovação em reunião do órgão executivo) e os restantes 50% em janeiro de 2019. --------- Complementarmente, salienta-se a necessidade de se assumir um valor de 1.530 euros referentes a custas judiciais.--------- Importa salientar que se verifica a existência de adequado enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como a existência de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em conformidade com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da despesa emergente em assunto. -----





ooxxxoo

000

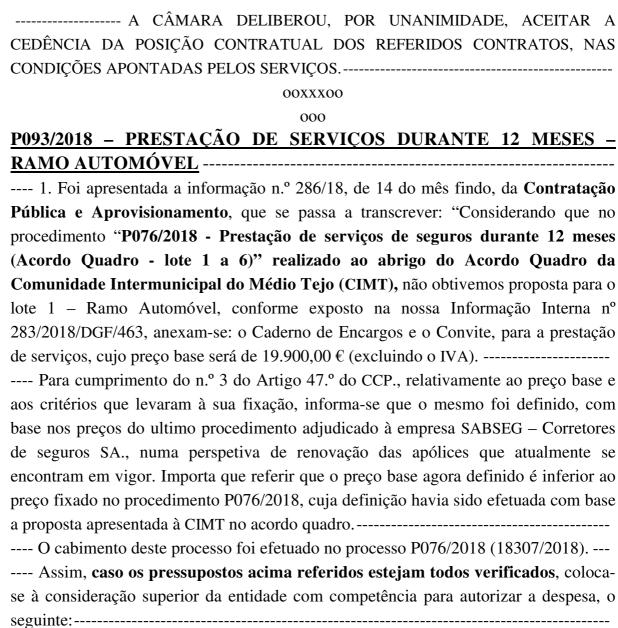


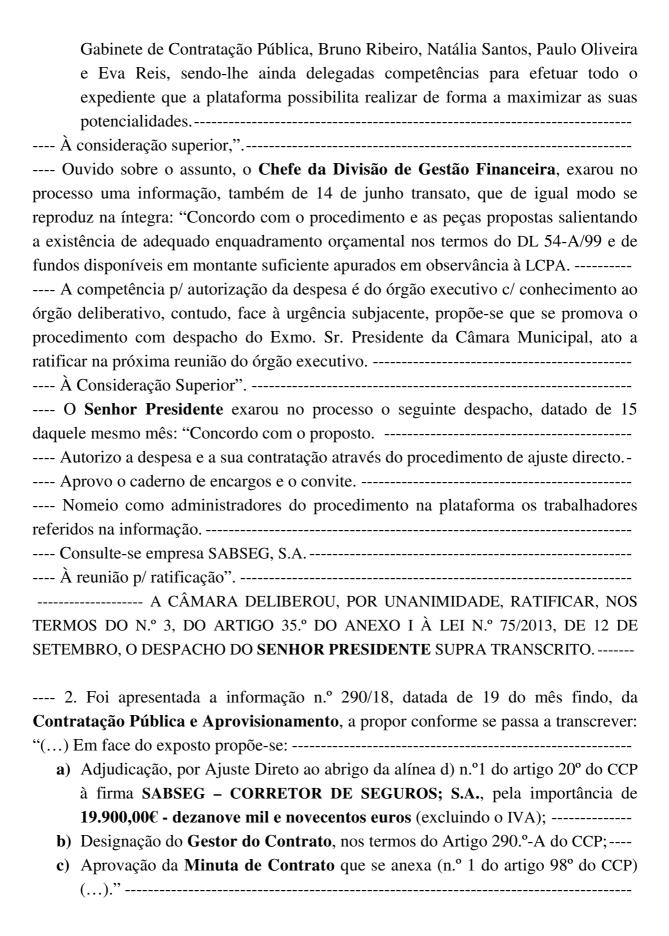
| Ano | Valor* |
|-------|-----------|
| 2018 | 1.661,17€ |
| 2019 | 2.847,72€ |
| 2020 | 2.847,72€ |
| Total | 7.356,61€ |

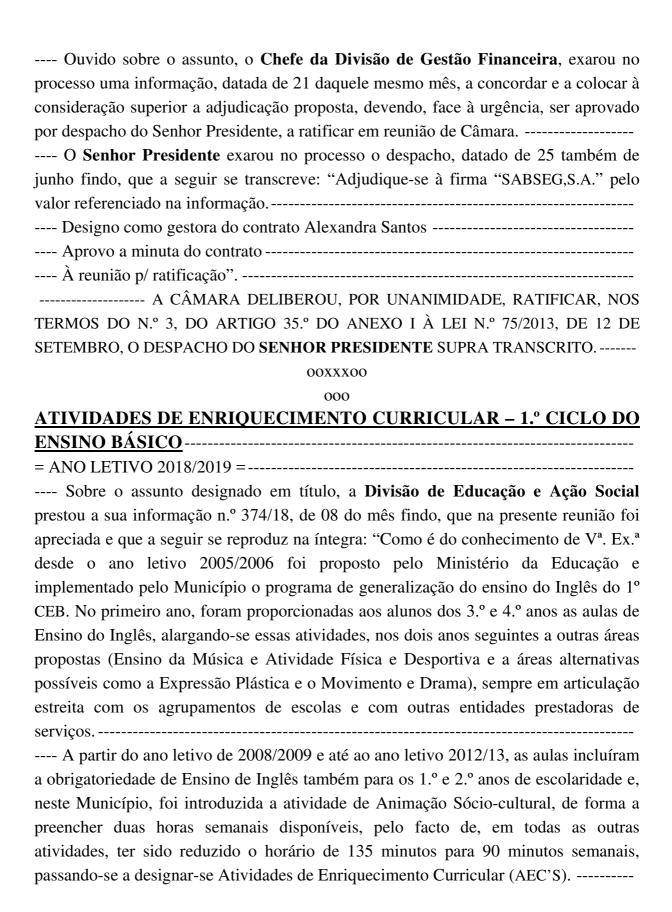
---- *O valor inclui IVA. ---------- À consideração superior". ------------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 16 também de junho transato, a propor a aceitação da cedência da posição contratual da Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. para o Município, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Mais dá conta de que os

contratos oneram em 2019 a 2.847,72€ e em 2020 a 2.847,72€.-----











---- Considerando as alterações ocorridas ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho pelos: Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, verificaram-se algumas inovações: as AEC's, no caso de promoção por entidade exterior à escola não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa. --------- Auscultados os Agrupamentos de Escolas, sobre as alterações legislativas para o ano letivo 2013/2014, todos foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do nº 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento; quanto à distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; os agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música.--------- De acordo com o disposto com o decreto-lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, "a disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3° ano de escolaridade" (...) "a partir do ano letivo 2015/16" (...) "e a partir do ano letivo de 2016-2017, no que respeita ao ano 4.º ano de escolaridade do ensino básico"... ---------- Considerando as alterações ocorridas nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017, nomeadamente a obrigatoriedade da disciplina do Inglês, para o 3º ano e 4.º ano, sugere-se que se programe o próximo ano letivo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades para o ano letivo 2018/2019: -----

| Entidade | NIPC |
|---|-----------|
| Município de Ourém | 501280740 |
| Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão | 600079163 |
| Agrupamento de Escolas de Ourém | 600082881 |
| Agrupamento de Escolas Conde de Ourém | 600082385 |
| INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação | 502964685 |



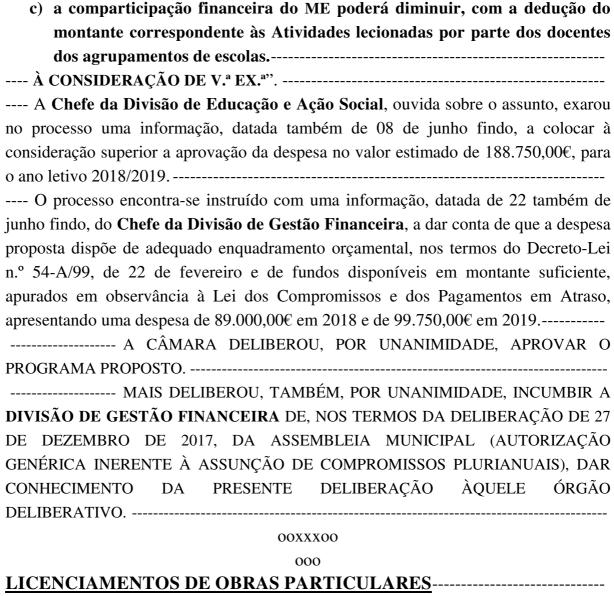
| Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém | 506518604 |
|--|-----------|
| Associação - Conservatório de Música de Ourém - Fátima | 506217531 |

| Actividade | Valores |
|--|----------|
| Ensino do Inglês (60 minutos/semana) | 16,50 €* |
| Ensino do Inglês (120 minutos/semana) | 33,00 €* |
| Atividade Física e Desportiva (60 minutos/semana) | 16,50 €* |
| Atividade Física e Desportiva (120 minutos/semana) | 33,00 €* |
| Ensino da Música (60 minutos/semana) | 16,50 €* |
| Animação Sócio-cultural (60 minutos/semana) | 16,50 €* |
| Animação Sócio-cultural (120 minutos/semana) | 33,00 €* |

^{*}Prevemos que o ano letivo tenha 36 semanas de aulas

- - a) Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e comparticipação do Ministério da Educação), poderá alterar em função das seguintes condicionantes:-----
 - b) a comparticipação financeira do ME poderá diminuir, devido ao número de alunos; ------





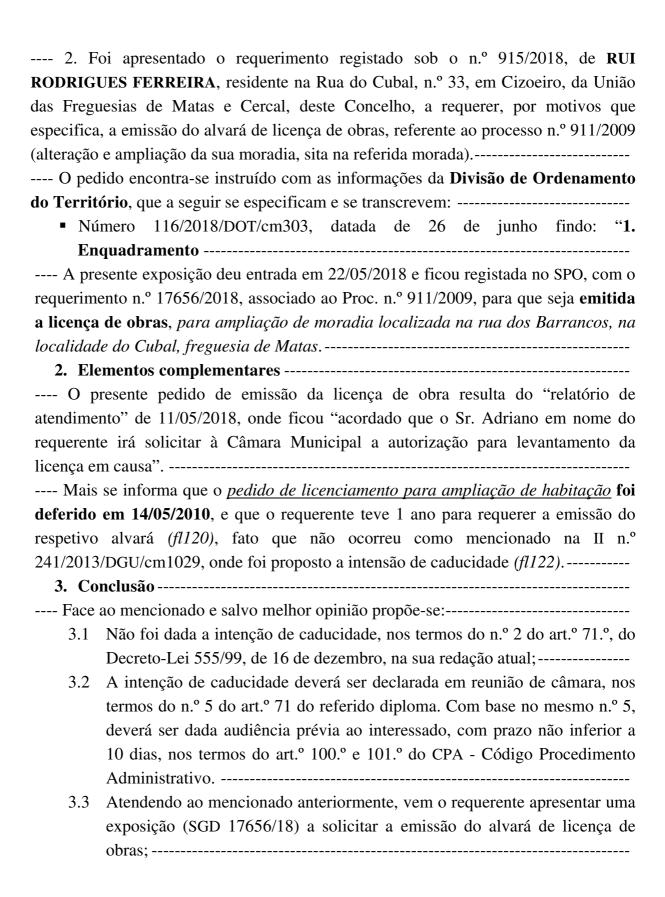
---- 1. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 782/2018, da firma ARLINDO & JORGE RIBEIRO – CONSTRUÇÕES, Limitada, com sede na Rua das Portelinhas, n.º 21, em Loureira, da Freguesia de Santa Catarina da Serra, do Concelho de Leiria, a requerer, por motivos que especifica, a emissão do alvará de licença de obras, referente ao processo n.º 1989/2007 (construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, em Vale das Sobreiras, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho), de que é titular.-----

- ---- O pedido encontra-se instruído com as informações, que a seguir se especificam: -
 - Número 122/2018/DGU/cm0650, datada de 14 de junho findo, da **Divisão de** Ordenamento do Território, que se passa a transcrever: "O requerente, na

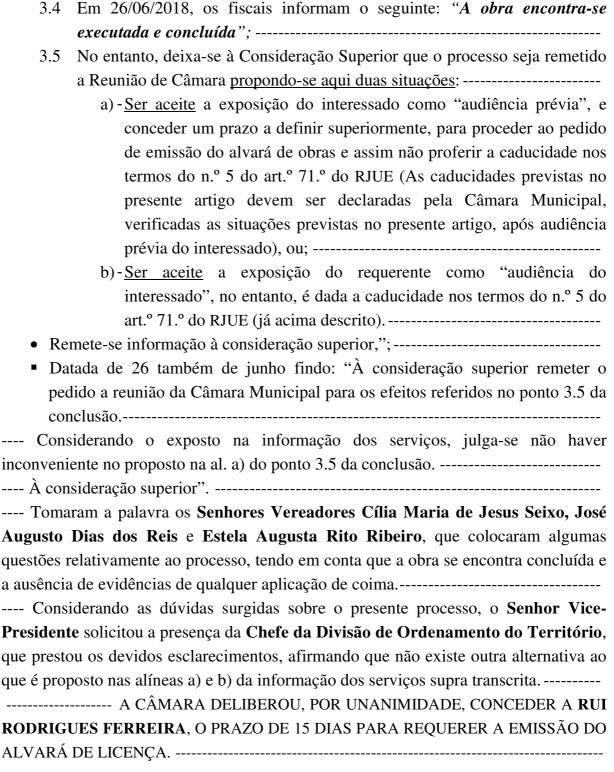


| qualidade de proprietário, vem solicitar a emissão de alvará da licença de obras |
|---|
| referente ao processo n.º 1989/2007; |
| Em análise ao pedido informa-se o seguinte: |
| 1. Em 26/02/2009, foi deferido o processo acima mencionado; (fl. 377) |
| 2. Em 12/03/2010, vem o requerente solicitar uma prorrogação por 12 meses, |
| motivada por dificuldades financeiras, sendo que a mesma expirou em |
| 21/03/2011 . (fls. 379 a 381) |
| 3. Não foi dada a caducidade da licença nos termos do n.º 2 do art.º 71.º do |
| RJUE; |
| 4. Em 02/05/2018, vem o requerente apresentar uma exposição (fl. 384) a |
| solicitar a emissão do alvará de licença de obras, dado que por razões |
| financeiras e por cancelamento de um empréstimo financeiro não foi possível a realização da obra; |
| 5. Informam ainda que neste momento estão reunidas as condições para |
| procederem ao levantamento da licença e para a construção da obra em causa; |
| (fl. 384) |
| 6. Em 25/05/2018, os fiscais informam o seguinte: "A obra em causa não for |
| iniciada"; (fl. 385) |
| 7. No entanto, deixa-se à Consideração Superior que o processo seja remetido a |
| Reunião de Câmara propondo-se aqui duas situações: |
| a) <u>Ser aceite</u> a exposição do interessado como "audiência prévia", e |
| conceder uma prorrogação, prazo a definir superiormente, para |
| proceder ao pedido de emissão do alvará de obras e assim não proferir a |
| caducidade nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do RJUE (As caducidades |
| previstas no presente artigo devem ser declaradas pela Câmara |
| Municipal, verificadas as situações previstas no presente artigo, após |
| audiência prévia do interessado), ou; |
| b) Ser aceite a exposição do requerente como "audiência do interessado". |
| no entanto, ser dada à mesma a caducidade nos termos do n.º 5 do art.º |
| 71.° do RJUE (já acima descrito)."; |
| ■ Datada de 22 também de junho findo, da Chefe da Divisão de Ordenamento |
| do Território, a dar conta de que não vê inconveniente no proposto na alínea a) |
| do ponto 7, da informação técnica acima transcrita |
| A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER À |
| FIRMA ARLINDO & JORGE RIBEIRO – CONSTRUÇÕES, LIMITADA , O PRAZO |
| DE 30 DIAS PARA REQUERER A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENCA |





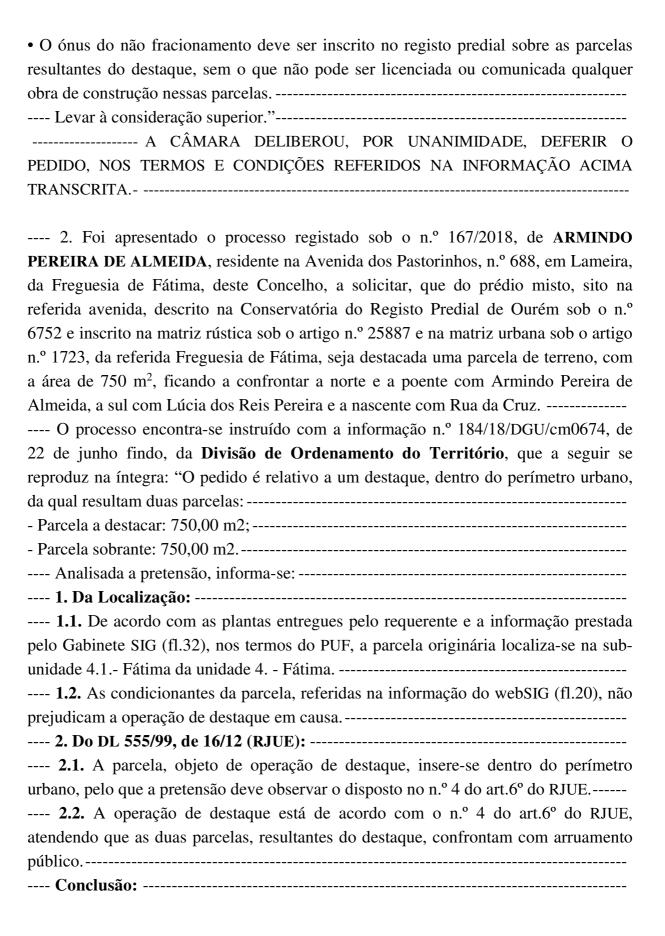




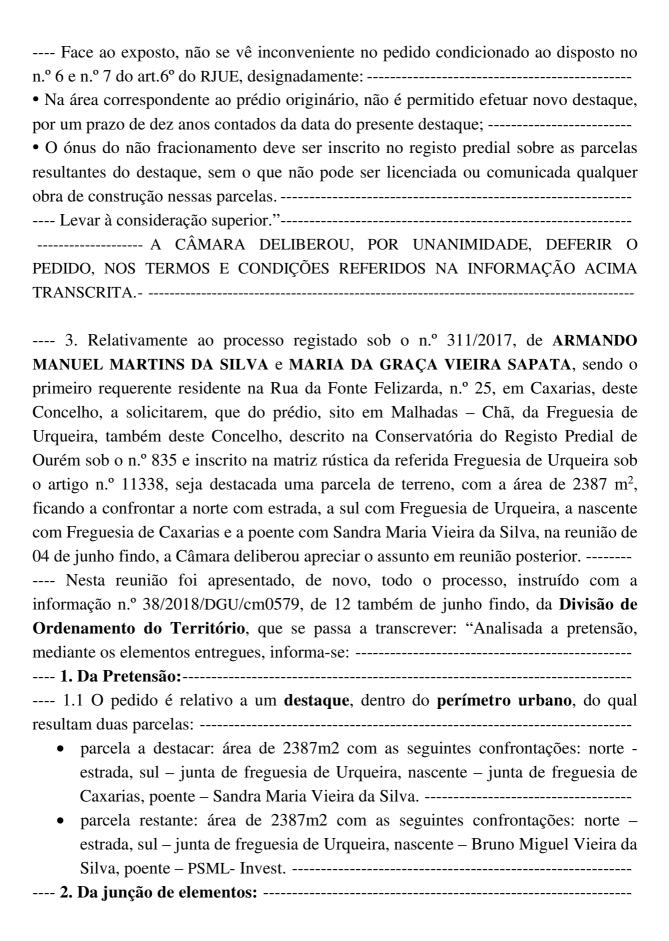


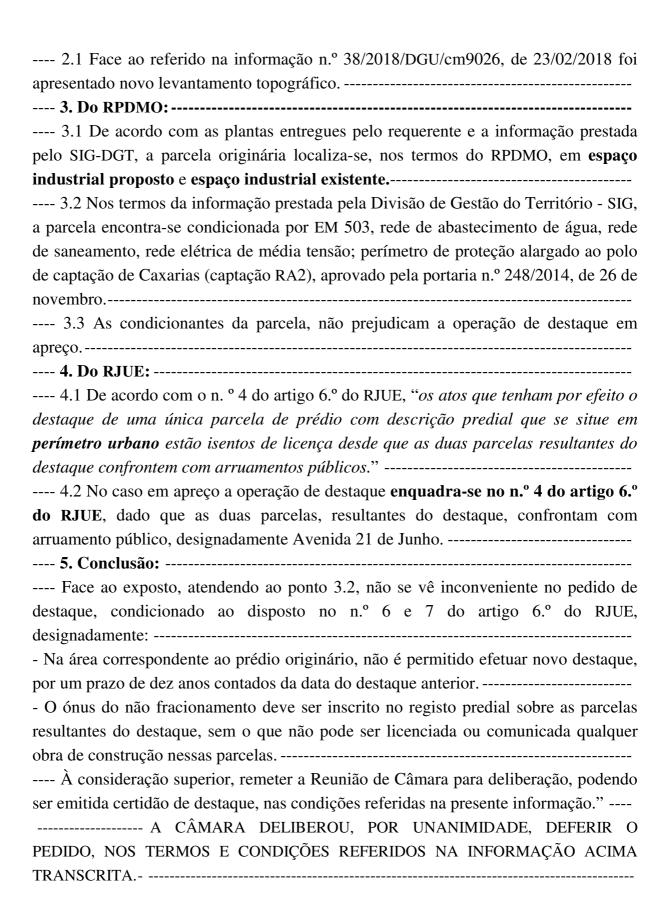
PEDIDOS DE DESTAQUE --------- 1. Foi apresentado o processo registado sob o n.º 127/2018, de CARLOS MANUEL MADEIRA ROQUE DOS SANTOS, residente na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 112, 3.º direito, nesta cidade, a solicitar, que do prédio misto, sito em Vale de Pinhel, na localidade de Pinhel, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 484/1993 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 439 e na matriz urbana sob o artigo n.º 572, da dita Freguesia de Atouguia, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1718 m², ficando a confrontar a norte com Estrada Nacional, a sul com Faustino Francisco Alves e outros, a nascente com José Ferreira Borda de Água e a poente com Carlos Manuel Madeira Roque dos Santos. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 179/18/DOT/cm0674, de 18 de junho em findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se reproduz na íntegra: "O pedido é relativo a um destaque, dentro do perímetro urbano, da qual resultam duas parcelas: ------- Parcela a destacar: 1718,00 m2; ------- Parcela sobrante: 4491,00 m2. --------- Analisada a pretensão, informa-se: ---------- 1. Da Localização: --------- 1.1. De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pelo Gabinete SIG (fl.32), nos termos do PDMO, a parcela originária localiza-se em espaço urbano de nível 2. --------- **1.2.** As condicionantes da parcela, referidas na informação do webSIG (fl.19), não prejudicam a operação de destaque em causa.--------- 2. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE): --------- 2.1. A parcela, objeto de operação de destaque, insere-se dentro do perímetro urbano, pelo que a pretensão deve observar o disposto no n.º 4 do art.6º do RJUE.-------- 2.2. A operação de destaque está de acordo com o n.º 4 do art.6º do RJUE, atendendo que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com arruamento público.--------- Conclusão: ---------- Face ao exposto, não se vê inconveniente no pedido condicionado ao disposto no n.º 6 e n.º 7 do art.6º do RJUE, designadamente: -----• Na área correspondente ao prédio originário, não é permitido efetuar novo destaque,

por um prazo de dez anos contados da data do presente destaque; ------











ooxxxoo

000

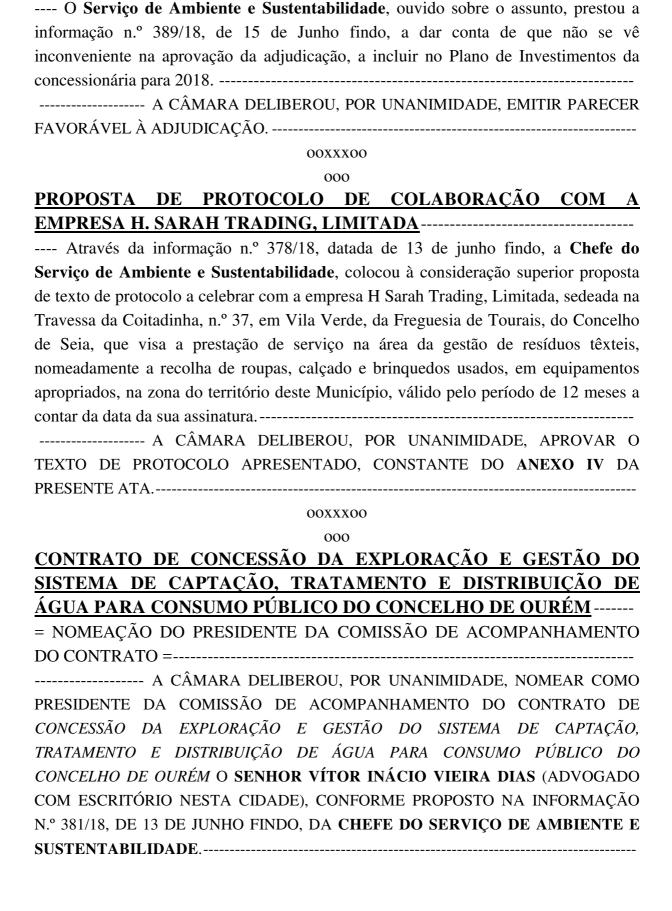
| PEDIDO DE VISTORIA |
|---|
| Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 17.814/2018, de Joaquim |
| Pereira Baptista, residente na Rua dos Moinhos, n.º 9, na sede de Freguesia de Nossa |
| Senhora da Piedade, deste Concelho, a requerer, na qualidade de proprietário, a |
| realização de vistoria, para verificação do estado de conservação dos imóveis, sitos na |
| Rua António José de Almeida, n.ºs 43 e 45, nesta cidade, para efeitos do previsto nos |
| n.ºs 7 e 8, do artigo 71.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais |
| Ouvida sobre o assunto, a Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, |
| prestou a sua n.º 37/2018/DGU/cm0579, de 08 de junho findo, a dar conta do seguinte: |
| "() A vistoria deverá ser realizada nos termos do disposto no DL n.º 266-B/2012, de |
| 31 de dezembro. Assim deverá a comissão constituída nos termos dos artigos 89.º; |
| 89.ºA e 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação em conjugação com o |
| Decreto Lei n.º 266-B/2012 de 31 de dezembro realizar vistoria |
| Ao apoio administrativo para marcação de vistoria nos termos do n.º 7 do artigo |
| 92.º da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município conjugado com a alínea |
| d) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF (redução a metade das taxas devidas) |
| <u>Conclusão:</u> |
| Ao apoio administrativo para marcação de vistoria, e remeter a reunião de câmara, |
| para deliberar marcação de vistoria." |
| A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, PROCEDER À |
| REALIZAÇÃO DE VISTORIA AOS IMÓVEIS EM QUESTÃO, NOS TERMOS DA |
| INFORMAÇÃO DA CHEFE DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO |
| SUPRA TRANSCRITA, NOMEANDO PARA O EFEITO O ENG.º JOÃO PAULO |
| GAMITO ALVALADE, A ARQ.º HELENA MARIA NEVES GUERREIRO DURÃO |
| MAURÍCIO E O ENG.º JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA GRAÇA |
| OOXXXOO |

JUAAAU

000

<u>CONSTRUÇÃO DE CONDUTA ELEVATÓRIA ADUTORA DE PAIRIA</u> <u>- OLIVAL - OURÉM</u>------

---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 20.784/2018, da **Be Water, S.A.**, com delegação na Rua Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida, n.º 21, rés-do-chão, nesta cidade, a solicitar a aprovação da adjudicação da empreitada indicada em epígrafe à firma **Desarfate – Desaterros de Fátima, Limitada**, pelo valor de 265.000,00€. -----





OOXXXOO

000

TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S--

= PRESCRIÇÃO DE PROCESSOS EM DÍVIDA = ------

- ---- Relativamente ao assunto designado em epígrafe, o Serviço de Ambiente e Sustentabilidade prestou a sua informação n.º 387/18, de 14 do mês findo, que a seguir se transcreve: "Introdução: Em 2005 iniciou-se a faturação das taxas e tarifas de resíduos e saneamento a utilizadores sem ligação à rede de água (utilizadores CMO), com base num ficheiro muito incompleto, o que originou um avultado número de reclamações dos munícipes. Com a faturação mensal destes valores, foi-se acumulando dívida, passando este problema a ser o foco prioritário para equipa que iniciou funções em 2008, tendo reduzido drasticamente a quantia, tanto através da rescisão de contratos incorretamente faturados como através das notificações enviadas aos prevaricadores para pagamento das dívidas. Estas decisões eram tomadas após uma deslocação ao local por parte da equipa para analisar cada faturação, verificando se as moradias se encontram habitadas, se os dados do titular estão corretos, etc. --------- Ao longo desta última década, foram enviadas inúmeras notificações aos utilizadores cuja faturação está a ser corretamente emitida, mas que não liquidam as faturas enviadas mensalmente. Estas notificações nem sempre produzem os efeitos desejados, ou seja, os munícipes não procedem ao pagamento da dívida, mesmo quando confrontados com a possibilidade da cobrança coerciva dos valores. Um bom exemplo disso, foram os ofícios enviados em 2016 a 191 utilizadores totalizando uma dívida de 76.224,66€, dos quais apenas foram liquidados cerca de 5.700€.--------- **Problema**: O facto de ano após ano, os utilizadores receberem ofícios a solicitar o pagamento da dívida sem que haja efetiva cobrança coerciva, gera um sentimento de impunidade e provoca a desigualdade entre cidadãos. Mais ainda quando, o direito ao recebimento do valor prescreve no prazo de 6 meses - n.º 1 do artigo 10º (Prescrição e Caducidade) da Lei n.º 23/96 de 26/07 – Lei dos Serviços Públicos – pelo facto de se tratar de um serviço público essencial. --------- Apesar dos esforços desenvolvidos pela DAS para que se dessem como prescritas as faturas emitidas há mais de 6 meses, tendo em conta que seriam incobráveis, nunca
- foi entendimento do executivo que se o devesse fazer.-----
- ---- Resolução: Tendo em conta que atualmente o Município pretende iniciar a instauração de processos de cobrança coerciva através da execução fiscal de faturas



com data de emissão inferior a 6 meses, deverá dar-se como prescritas das faturas emitidas até janeiro de 2018, pelo que sou a anexar à presente informação, uma listagem com os dados das faturas em dívida até dezembro de 2017, dos seguintes utilizadores:------

| Instalação n.º | Registo SGD n.º | Nome | Valor em dívida até dezembro 2017 |
|----------------|-----------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| 2005 | 28480/08 | JAIME TRINDADE LOPES | 492,52 € |
| 1399 | 14642/17 | ARMENIO FERNANDES COELHO | 222,85 € |
| 3139 | 6482/17 | ARMANDO PEREIRA HENRIQUES | 1.263,25 € |
| 476 | 610/17 | VITOR MANUEL MARQUES PEREIRA | 944,93 € |
| 1184 | 7726/17 | AIRES SARAIVA SANTOS | 260,84 € |
| 1136 | 8200/17 | JOSE MARQUES FRANCISCO | 182,34 € |
| 1783 | 9896/17 | JOAQUIM GOMES SIMOES | 226,68 € |
| 1001363 | 29962/16 | JANEIRO & FONSECA S.A | 477,49 € |
| 117 | 26204/16 | FERNANDO MARQUES COSTA | 607,46 € |
| 3281 | 3703/13 | GILBERTO SILVA PRAZERES | 607,39 € |
| | | Total | 4.022,50 € |

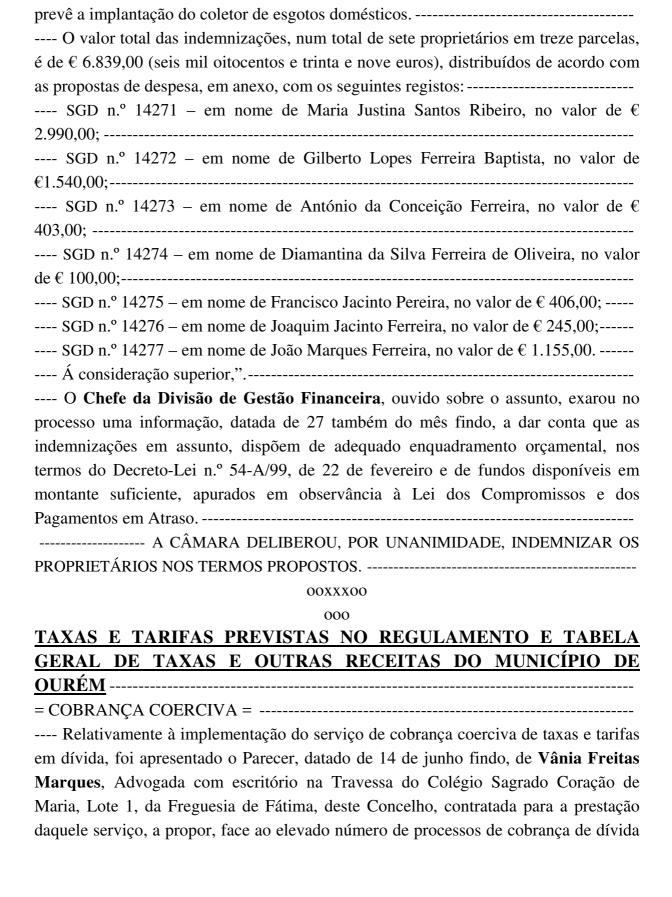
000

REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE CERCAL, MATAS E ESPITE

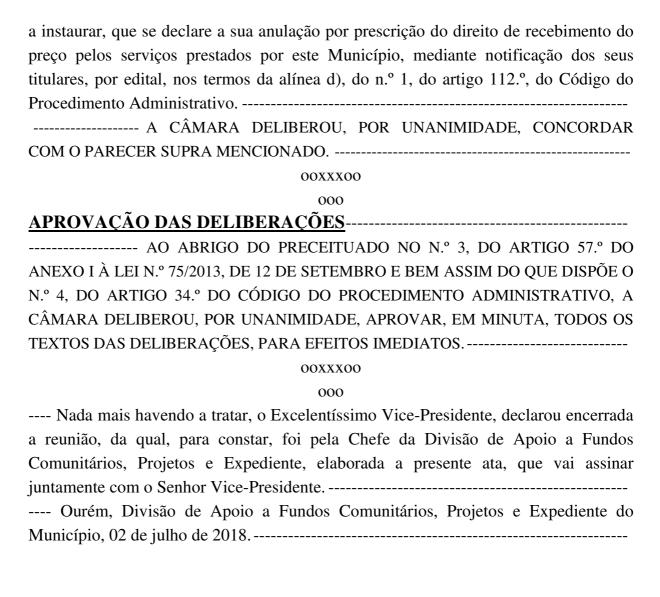
= SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS =-----

---- Considerando os relatórios de avaliação, elaborados pelo perito da Lista Oficial do Ministério da Justiça, **Eng. António Augusto Nogueira Narciso**, nesta reunião foi apresentada a informação n.º 394/18, de 15 de junho findo, do **Serviço de Ambiente e Sustentabilidade**, que se passa a transcrever: "Serve a presente para informar sobre os

valores apurados pelo perito avaliador, a atribuir aos proprietários das parcelas onde se







O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS, PROJETOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 02/07/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 18 de junho de 2018.

1.2. GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL

= Regime Excecional das Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível – Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, conjugado com a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Propostas de editais por incumprimento – Informação n.º 244/18, de 13 de junho, do Gabinete de Proteção Civil.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Processo judicial n.º 510/15.5T8ORM.E2, do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém Carta enviada por correio eletrónico no dia 10 de maio de 2018, do Advogado Cândido de Oliveira, mandatário deste Município;
- = Arrendamento de edifício sito no Parque da Cidade António Teixeira, destinado a cafetaria/bar e restaurante Abertura de propostas;
- = Centro de Negócios de Ourém Contratos de manutenção de ascensores Informação n.º 53/18, de 05 de junho, do Património;
- = P093/2018 Prestação de serviços durante 12 meses Ramo automóvel:
 - 1. Informação n.º 286/18, de 14 de junho, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA):
 - 2. Informação n.º 290/18, de 19 de junho, da CPA.

3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

= Atividades de Enriquecimento Curricular – 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2018/2019 – Informação n.º 374/18, de 08 de junho, da Divisão de Educação e Ação Social.

4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 782/2018, da firma Arlindo & Jorge Ribeiro Construções, Limitada, instruído com a informação n.º 122/2018/DGU/cm0650, de 14 de junho, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 915/2018, de Rui Rodrigues Ferreira, instruído com a informação n.º 116/2018/DOT/cm0303, de 26 de junho, da DOT;



= Pedidos de destaque:

- 1. Processo registado sob o n.º 127/2018, de Carlos Manuel Madeira Roque dos Santos, instruído com a informação n.º 179/18/DOT/cm0674, de 18 de junho, da DOT;
- 2. Processo registado sob o n.º 167/2018, de Armindo Pereira de Almeida, instruído com a informação n.º 184/18/DGU/cm0674, de 22 de junho, da DOT;
- 3. Processo registado sob o n.º 311/2018, de Armando Manuel Martins da Silva e Maria da Graça Vieira Sapata, instruído com a informação n.º 38/2018/DGU/cm0579, de 12 de junho, da DOT;
- = Pedido de vistoria Requerimento registado sob o n.º 17.814/2018, de Joaquim Pereira Baptista, instruído com a informação 37/2018/DGU/cm0579, de 08 de junho, da DOT.

5. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Construção de conduta elevatória adutora de Pairia Olival Ourém Carta registada sob o n.º 20.784/2018, da Be Water, S.A.;
- = Proposta de protocolo de colaboração com a empresa H. Sarah Trading, Limitada Informação n.º 378/18, de 13 de junho, da Chefe do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
- = Contrato de Concessão da exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho de Ourém Nomeação do Presidente da Comissão de Acompanhamento do contrato Informação n.º 381/18, de 13 de junho, da Chefe do SAS:
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Prescrição de processos em dívida Informação n.º 387/18, de 14 de junho, do SAS;
- = Redes de drenagem de águas residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite Servidões Administrativas Informação n.º 394/18, datada de 15 de junho, do SAS.

6. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Taxas e tarifas previstas no Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – Cobrança coerciva – Parecer, datado de 14 de junho de 2018, da Advogada Vânia Freitas Marques.

Câmara Municipal de Ourém, 27 de junho de 2018

O Vice-Presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 18-06-2018 a 28-06-2018

| Processo nº | Requerente | Local |
|-------------|---|---|
| 908/2018 | António Batista Ferreira | Rua do Vale D Erva- Freguesia de Matas e Cercal |
| 991/2018 | António Évora Barbosa Teixeira | Travessa Vale Torres – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias |
| 589/2018 | António Maria Lopes Frias | Rua Principal, nº78 - Fontainhas - Freguesia de seiça |
| 891/2018 | Armando Faria Neves | Vilar dos Prazeres -Freguesia de nossa Senhora das Misericórdias |
| 1676/2017 | Centro Social Paroquial Freguesia de Atouguia | Travessa do Vale da Chichara,2 Freguesia da Atouguia |
| 365/2018 | Doce Pecado – Pastelaria e Padaria Lda. | Fartaria – Freguesia de Gondemaria e Olival |
| 976/2018 | Ema Fanny Carvalho dos Santos | Rua do Moinho,30- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias |
| 1039/2018 | Gregório Oliveira Rodrigues | Rua do Colégio de São Miguel - Freguesia de Fátima |
| 680/2018 | Isabel Dulce da Silva Puga Cordeiro | Carapita,255-Freguesia de Nossa Senhora daa Misericórdias. |
| 859/2018 | José Agostinho da silva Sousa Gomes | Estrada do Favacal – 24- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade |
| 1000/2018 | José Diamantino Mendes de Oliveira | Lagoa do Furadouro -Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias |
| 936/2018 | Maria Antónia Palma da Costa Mira Parreira do Amaral | Cova da Iria -Freguesia de Fátima |
| 981/2018 | Natércia Ferreira Vieira | Cercal – União das Freguesias de Matas e Cercal |
| 929/2018 | Nuno Miguel Pereira Abreu | Vale do Freixo, 12- Freguesia de Gondemaria e Olival |
| 994/2018 | Seminário Diocesano de Leiria -Colégio São Miguel | Rua D. João Pereira Venâncio nº 1 - Moita Redonda,2495-651 Fátima |
| 590/2018 | Serafim Lopes Aquino | Rua São Domingos - Freguesia de Gondemaria e Olival |
| 935/2018 | Tiago Alexandre Vieira Ferreira | Pinheiro – freguesia de Nossa Senhora da Piedade |



Ourém, 02 de julho de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 18/06/2018 a 29/06/2018

| Número Entrada | Requerente | Tipo de Licenciamento |
|----------------|---|--------------------------------|
| 20913 | Associação Social e Cultural de Fontainhas de Seiça-Seiça | Fogueira Tradicional |
| 21465 | Vitória do Sobral – Artigos Religiosos, SA Inspeção Periódica de Elevad | |
| 21513 | Condomínio do Edifício Carlos Vaz Faria Almeida, nº 11 | Inspeção Periódica de Elevador |
| 21514 | Condomínio do Edifício Francisco | Inspeção Periódica de Elevador |
| 21491 | Condomínio do Edifício São Domingos | Inspeção Periódica de Elevador |
| 21516 | Condomínio do Edifício Carlos Vaz Faria Almeida, nº 19 | Inspeção Periódica de Elevador |
| 21510 | Condomínio do Edifício Carlos Vaz Faria Almeida, nº 1 | Inspeção Periódica de Elevador |
| 21221 | Maria Manuela Costa da Silva Frazão Inumação de cadáver | |
| 20356 | Moto Club Riopirata-Clube Motard de Ruído Rio de Couros | |
| 20373 | Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Fátima-Capela da Moita Redonda | Licença de Ruído |
| 20370 | Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Fátima-Capela da Ortiga | Licença de Ruído |
| 20371 | Fábrica da Igreja Paroquial de Fátima | Licença de Ruído |
| 21435 | Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Atouguia-Capela das Fontainhas | Licença de Ruído |
| 20950 | União de freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos | Licença de Ruído |
| 19008 | Freguesia de Caxarias | Manifestação Desportiva |
| 19003 | Freguesia de Caxarias | Manifestação Desportiva |
| 4237 | BTT-Clube dos Pinheiros | Manifestação Desportiva |
| 19391 | Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade-Capela de Vilões | Manifestação Desportiva |
| 20642 | Freguesia de Caxarias | Manifestação Desportiva |



| 20642 | Junta de Freguesia de Caxarias | Manifestação Desportiva |
|-------|---|-------------------------|
| 19391 | Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade-Capela de Vilões | Manifestação Desportiva |
| 18999 | Junta de Freguesia de Caxarias | Manifestação Desportiva |
| 20562 | União Desportiva da Gondemaria | Manifestação Desportiva |
| 4237 | BTTCP-Associação Desportiva, Motorizada, Social e Recreativa | Prova Desportiva |

Ourém, 02 de julho 2018

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Visando uma prestação de serviço na área da gestão de resíduos têxteis, o incentivo à recolha seletiva deste tipo de materiais, bem como cooperar em ações de mecenato ambiental, social ou outras de mútuo interesse e considerando que:

- I) Os Municípios possuem atribuições e competências no domínio da salubridade e ambiente, competindo em particular ao seu órgão executivo, a Câmara Municipal, assegurar a gestão dos resíduos sólidos e urbanos produzidos na sua área territorial, de acordo com a alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro que institui o regime geral da gestão de resíduos;
- II) A H Sarah Trading, Lda., detentora do Alvará de Licença para a realização de Operação de Gestão de Resíduos N°10/2013/CCDRC, nos termos do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n°73/2011, de 17 de junho, está preparada e vocacionada para a recolha de roupas, calçado e brinquedos usados para posterior triagem e reencaminhamento para que possam de imediato, ser valorizadas, reciclados ou doados, segundo a hierarquia dos resíduos;
- III) "As operações de tratamento devem decorrer em instalações adequadas com recurso a tecnologias e métodos apropriados para assegurar um nível elevado de proteção do ambiente e da saúde pública, preferencialmente em território nacional e obedecendo a critérios de proximidade", de acordo com o artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro que instrui o regime geral da gestão de resíduos.
- IV) As partes visam o desenvolvimento de laços de cooperação, com o objetivo de aproveitar sinergias recíprocas, com vista ao benefício mútuo na prossecução dos objetivos das entidades envolvidas.
- V) O protocolo anterior não permitiu ainda aferir os dados necessários e nem ocorreu evolução nas lacunas existentes no estabelecimento de regras legais que permitam elaborar um adequado processo de concurso, devendo o projeto piloto ser estendido pelo período correspondente ao presente protocolo, de modo a ser possível avaliar a necessidade subjacente, após a qual se deverá encetar um concurso público para a concessão da atividade definida em objeto garantindo-se, deste modo, adequados níveis de transparência e concorrência do mercado inerente.



Entre,

O **Município de Ourém**, adiante designado abreviadamente por Município, representado pelo seu Presidente Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, cujos poderes lhe são conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sito na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 OURÉM, com o contribuinte n.º 501 280 740,

e,

A *H Sarah Trading, Lda.*, adiante designada abreviadamente por Sarah Trading, com sede na Travessa da Coitadinha n°37, 6270-588 Vila Verde, Seia, NIPC 507 778 553.

É <u>celebrado</u> o <u>presente protocolo de colaboração</u>, que define as condições de participação e o envolvimento das partes, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Protocolo de Colaboração estabelece os termos e condições de cooperação entre os dois outorgantes, com vista à recolha seletiva de roupa, calçado e brinquedos em equipamentos apropriados na zona territorial do Município de Ourém, através do desenvolvimento de um projeto piloto.

Cláusula Segunda

(Obrigações do Município)

O Município obriga-se a:

- a. Promover a organização, a fiscalização e o controlo de transferências de resíduos, dentro do território municipal por forma a corresponder à necessidade de proteger e melhorar a qualidade do ambiente e saúde pública, indo ao encontro do preceituado no preâmbulo da Portaria nº335/97, de 6 de maio;
- b. Assegurar que a entidade transportadora emita a guia de acompanhamento de resíduos, conforme o disposto nº 1 do artigo 5º da Portaria nº335/97, de 6 de maio;
- c. Não celebrar outro tipo de protocolo com qualquer outra entidade do mesmo ramo para a atividade protocolada no presente documento, tendo por isso este protocolo o efeito de regime de exclusividade com a Sarah Trading, durante o período de vigência deste contrato;



- d. O disposto na alínea anterior, não inviabiliza a realização de campanhas pontuais, por parte do Município, referindo-se apenas à colaboração com outras empresas dentro do mesmo ramo de atividade:
- e. Divulgar junto das instituições locais e espaços comerciais o serviço disponibilizado pela Sarah Trading, podendo promover recolha ao domicílio, visando uniformizar o serviço de recolha têxtil do concelho.

Cláusula Terceira

(Obrigações da Sarah Trading, Lda)

A Sarah Trading obriga-se a:

- a. Proceder à colocação de quatro novos equipamentos no Município, destinados à de recolha de roupa, calçado e brinquedos em número e locais previamente estabelecidos e autorizados, passíveis de alteração mediante acordo entre ambas as partes, devendo informar e propor novas localizações de equipamentos que têm resultados menos satisfatórios;
- b. Personalizar os equipamentos de acordo com a preferência da entidade parceira, sendo a cor e todos os elementos gráficos passíveis de alteração;
- c. Assegurar a recolha de roupa, calçado e brinquedos depositados num período máximo de duas em duas semanas, sendo que as rotas são adaptadas ao volume dos equipamentos;
- d. Assegurar a manutenção e conservação dos equipamentos de recolha, bem como a sua substituição, sempre que necessário (em cada recolha é efetuada a limpeza do equipamento e do espaço circundante);
- e. Assumir toda e qualquer responsabilidade por qualquer dano, direto ou indireto, causado de acordo com o normal funcionamento, utilização e manutenção dos equipamentos de recolha;
- f. Remeter o Modelo A Guia de Acompanhamento de Resíduos (exigido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) com registo do peso dos materiais recolhidos no concelho;
- g. Transmitir os dados em questão à Agência Portuguesa do Ambiente, nos prazos legalmente previstos;
- Enviar mensalmente ao primeiro outorgante um relatório dos serviços prestados, que inclua o peso de recolhas efetuadas, bem com outras questões inerentes ao mesmo, de modo a caracterizar a situação, nos termos do projeto piloto a desenvolver;
- Garantir que todo o material recolhido, após o processo de triagem e cujo estado não permita a sua distribuição, bem como os sacos onde se colocam as roupas, sejam reciclados em estrito respeito pela legislação ambiental aplicável;



- j. Garantir o fornecimento continuado de roupa, calçado e brinquedos usados dos serviços de Ação Social do Município de Ourém, bem como das IPSS's/associações que atuam dentro do concelho, em função do stock disponível da Sarah Trading;
- k. Cooperar em ações de mecenato ambiental, cultural, social ou outras de mútuo interesse e cooperação, facultar um acompanhamento direto e personalizado e possibilitando uma resposta mais próxima das necessidades reais da entidade parceira;
- 1. Participar em ações de sensibilização ambiental, no Município de Ourém;
- m. Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- n. Suportar integralmente todos os encargos provenientes das obrigações referidas anteriormente.

Cláusula Quarta

(Contrapartidas Financeiras)

A Sarah Trading obriga-se a:

- a. Na data de assinatura do protocolo, o segundo outorgante pagará 2.000,00€ (mil e quinhentos euros) ao Município de Ourém, por transferência bancária, referentes à contrapartida dos primeiros 12 meses de serviço, ou em alternativa procederá ao fornecimento de géneros nos mesmo montante, designadamente no âmbito do projeto "Ourém Mais Limpo -2018", ou outra necessidade:
- b. A contrapartida financeira anual será paga ou a entrega de géneros será efetuada, pelo segundo outorgante, no montante e nos termos da alínea anterior, durante o prazo de vigência do contrato por solicitação do Município.

Cláusula Quinta

(Vigência)

- a. O presente protocolo tem a duração de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, findo o prazo, o serviço prestado correspondente ao projeto piloto será analisado, podendo o protocolo ser renovado, excepcionalmente, por períodos de 6 meses, até um máximo de duas renovações.
- b. As partes poderão optar-se àquela renovação com, pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência relativamente à data em que a mesma ocorreria.



Cláusula Sexta

(Resolução)

O incumprimento por qualquer das partes das obrigações resultantes do presente protocolo, confere à outra parte o direito de o resolver.

Cláusula Sétima

(Caducidade)

O protocolo caduca 12 meses após a assinatura do contrato entre o Município de Ourém e o prestador de serviços, ou quando expirado o prazo subjacente às eventuais renovações excepcionais previstas na alínea a) da cláusula quinta.

Cláusula Oitava

(Disposições finais)

- a. O primeiro e segundo outorgante assumirão, de forma conjunta, toda a colaboração necessária
 à boa e regular execução deste protocolo;
- b. As alterações ou aditamento ao presente Protocolo serão efetuados por escrito e assinadas por ambas as partes, passando o respetivo texto a fazer parte integrante deste documento;
- c. Todas as notificações e outras comunicações requeridas pelo presente protocolo serão efetuadas por escrito e serão consideradas como efetivas quando efetuadas por meio de correio registado com aviso de receção, na data constante do mesmo, e enviadas para as moradas constantes na identificação das partes supra;
- d. As dúvidas que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre ambas as partes.

O presente protocolo é feito em duplicado, ambos considerados como original, ficando um exemplar para cada uma das partes, que, por estar conforme a vontade das partes envolvidas, vai ser assinado pelas mesmas.

Ourém, de Junho de 2018



| O Presidente da Câmara Municipal de Ourém |
|--|
| |
| (Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque) |
| A representante da H. Sarah Trading, Lda. |
| |
| (Cláudia Cruz) |